



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

No dia 25 de Junho do corrente ano, o Governo da RAEM e o Governo da Província de Guangdong celebraram 8 acordos de cooperação, um dos quais visa “estudar em conjunto a possibilidade de investimento de capital de Macau em grandes projectos bilaterais, com o objectivo de garantir que a reserva financeira tenha retorno e fique protegida contra a inflação, e de beneficiar ambas as economias e populações”. Surgiu logo na sociedade uma anedota - uma pessoa diz a outra: “dá-me o teu dinheiro que eu ajudo-te a investir, e garanto-te um bom retorno e uma vida muito boa”. Se isto acontecer de facto, devemos seguir os apelos da Polícia Judiciária (PJ) e comunicar a situação, porque, obviamente, trata-se de uma burla. Felizmente, está em causa o Governo da Província de Guangdong, que não é um indivíduo qualquer, portanto, neste caso, não vamos chamar a polícia. Mas a questão, tal como diz a PJ nas acções de divulgação para prevenção da burla, se o negócio é tão rentável, porque não guardá-lo para si em vez de o oferecer a terceiros?

O Governo decidiu deixar nas mãos do Interior da China parte da reserva financeira para aquela investir, o que gerou bastantes dúvidas e preocupações entre os cidadãos. Ninguém tem nenhuma dúvida quanto às abundantes reservas financeira e cambial do Governo da RAEM nos últimos anos, no entanto, os investimentos realizados ao longo dos anos apresentaram sempre



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

uma rentabilidade muito baixa, e no ano passado a taxa de retorno foi de apenas 2%. De facto, o erário público está em constante desvalorização, e suscitaram-se muitas dúvidas no seio da sociedade, em virtude dessa taxa de retorno tão baixa. Para resolver a situação, em vez de rever o mecanismo existente, o Governo decidiu entregar a outro Governo dezenas de milhares de milhões de reservas para este investir, porque há quem diga que os investimentos em causa garantem o capital e retorno elevado. Mas se se registarem prejuízos e se perder mesmo o capital, quem é que vai assumir as respectivas responsabilidades?

Em Abril do corrente ano, solicitei que se convidassem os membros do Governo a deslocarem-se à Assembleia Legislativa para debater este assunto, na expectativa de se ficar a conhecê-lo melhor e de o Governo poder recolher mais opiniões para sua referência, por forma a uma maior prudência na utilização da reserva financeira. No entanto, como o plenário da AL rejeitou a proposta de debate, a AL ficou sem poder questionar o Governo sobre esta política, que tem implicações com o interesse público de relevante importância. Assim, as preocupações e dúvidas dos cidadãos agravam-se.

Assim sendo, e por razões de interesse público, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No acordo de cooperação celebrado entre os Governos da RAEM e da Província de Guangdong, prevê-se a possibilidade de investimento de capital de Macau em grandes projectos bilaterais, com o objectivo de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

garantir que a reserva financeira tenha retorno e fique protegida contra a inflação. Caso este investimento relevante não consiga cumprir tal objectivo e se registem perdas e prejuízos, qual dos dois Governos é que vai assumir as respectivas responsabilidades? E como?

2. No acordo de cooperação celebrado entre os Governos da RAEM e da Província de Guangdong, refere-se o investimento de capital de Macau em grandes projectos bilaterais. Que projectos são esses? Existe algum limite máximo para o capital a investir pelo Governo da RAEM? Ou será que vai ser "um poço sem fundo"?
3. Qual é o papel do Governo da RAEM nesses projectos de investimento? Entrega o seu dinheiro para que outras pessoas o invistam ou tem poder para decidir?

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San

26 de Junho de 2015